



competente Juízo da Justiça Federal (arts. 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU). A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br> aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU). Informações detalhadas acerca do processo podem ser obtidas junto à Secex-SECEX-PA ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

ARILDO DA SILVA OLIVEIRA
Secretário

EDITAL Nº 40, DE 14 DE JULHO DE 2015

TC 021.218/2010-2- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA a FUNDAÇÃO DE APOIO E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CNPJ-09.021.003/0001-86, na pessoa de seu representante legal, para no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 14/7/2015: R\$ 1.882.155,34, em solidariedade com os responsáveis arrolados. O débito decorre de: 1: Condutas ilícitas que conduziram ao pagamento por bens e serviços não prestados referentes ao Contrato 22/2009. (Normas violadas: art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 66 da Lei 8.666/1993; art. 62 da Lei 4.320/1964; e art. 38 do Decreto 93.872/1986.) 2: Realização de despesas com taxa de administração na execução do Contrato 21/2008. (Normas violadas: art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 39, inciso I, da Portaria Interministerial MF/MPOG/CGU 127/2008 e cláusula terceira do Contrato 21/2008.) 3: Condutas ilícitas que resultaram nos seguintes pagamentos irregulares com recursos do Contrato 19/2008. (Normas violadas: art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 39, inciso IV, da Portaria Interministerial MF/MPOG/CGU 127/2008.) A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 8/7/2015: R\$ 2.364.789,01; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992). A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalvas e expedirá quitação da dívida. Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992). A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br> aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU). A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal. Informações detalhadas acerca do processo, das irregularidades acima indicadas, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex-SECEX-PA ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

ARILDO DA SILVA OLIVEIRA
Secretário

Defensoria Pública da União

EXTRATO DE CONTRATO Nº 99/2015 - UASG 290002

Nº Processo: 08038010442201481. PREGÃO SISPP Nº 41/2015. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -CNPJ Contratado: 00332087000102. Contratado : SECURITY VIGILANCIA PATRIMONIAL -LTDA. Objeto: Contratação do serviço de vigilância armada e desarmada nas dependências da DPU em São Paulo/SP. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 17/07/2015 a 16/07/2016. Valor Total: R\$612.889,43. Fonte: 100000000 - 2015NE801517. Data de Assinatura: 17/07/2015.

(SICON - 21/07/2015) 290002-00001-2015NE800514

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2015 - UASG 290002

Nº Processo: 08038006162201521 . Objeto: Contratação de empresa especializada em renovação da Assinatura da Revista dos Tribunais Online para atender à Defensoria Pública da União em Brasília/DF. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial. Declaração

de Inexigibilidade em 24/06/2015. RICARDO JOSE SOUZA NASCIMENTO SILVA. Secretário de Logística e Patrimônio.. Ratificação em 17/07/2015. FABIO RODRIGO MACHADO. Secretário-geral Executivo Substituto. Valor Global: R\$ 61.000,00. CNPJ CONTRATADA : 60.501.293/0001-12 EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

(SIDECE - 21/07/2015) 290002-00001-2015NE800514

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 195/2012 Subrogada pela UASG: 200140 - DEFENSORIAPUBLICA DA UNIAO - DF. Nº Processo: 08038046069201214. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -CNPJ Contratado: 09016469000193. Contratado : PLANALTO LIMPEZA E CONSERVACAO DE-AMBIENTE LTDA - EPP. Objeto: Rescisão unilateral do contrato. Fundamento Legal: Inciso XII do Art. 78 e Inciso I do Art. 79, ambos da Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Quinta do contrato. Data de Rescisão: 26/06/2015 .

(SICON - 21/07/2015) 290002-00001-2015NE800514

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE ACORDO

Processo 100.557/15. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica o nº 2015/027.0 - firmado com a CÂMARA MUNICIPAL DE COTIA/SP. CNPJ: n. 02.404.006/0001-50. OBJETO: Colaboração mútua no campo de suas atividades audiovisuais, jornalísticas, educativas e culturais. AMPARO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: 21.07.15 a 20.07.20.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo 101.531/15. ESPÉCIE: Contrato nº 2015/106.0 - firmado com a COMERCIAL MINAS BRASÍLIA EIRELI - EPP. CNPJ: n. 18.768.894/0001-20. OBJETO: Fornecimento de chá, pelo período de 12 (doze) meses. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n. 76/15. VIGÊNCIA: 16/7/15 a 15/7/16. VALOR: R\$ 36.088,80 (trinta e seis mil, oitenta e oito reais e oitenta centavos).

SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 131/2015 - UASG 010001

Nº Processo: 119.581/2014 . Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços referentes à solução de Gerenciamento de Canal de Relacionamento na modalidade SaaS (Software as a Service), incluindo licenças para 169 (cento e sessenta e nove) usuários durante 24 (vinte e quatro) meses, serviços técnicos de parametrização da solução e treinamentos para operadores, gestores e equipe de TI da Câmara dos Deputados. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 22/07/2015 de 09h00 às 17h59. Endereço: Câmara Dos Deputados Ed. Anexo i - 14º Andar Zona Cívico-administrativa - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 22/07/2015 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.. Abertura das Propostas: 20/08/2015 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no ComprasNet e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as do Edital. O Edital está disponível também no site www.camara.leg.br.

JOSE MARTINICHEN FILHO
Presidente da Comissão

(SIDECE - 21/07/2015) 010001-00001-2015NE000133

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE CONTRATAÇÕES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato CT20140051, celebrado com o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO. CNPJ nº 33.683.111/0002-80. Processo: 200.001156/2014-65. Data da Assinatura: 10/07/2015. Objeto: Prorroga o contrato até 10 de julho de 2016. Programa de Trabalho: 01031055140615664. Natureza da Despesa: 339039. Nota de Empenho de nº 2015NE001848, emitida em 03/07/2015. Signatários: pelo Senado

Federal: Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Diretor-Geral Adjunto de Contratações, em exercício na Diretoria-Geral, pela Contratada: José Amin Cury Nasser.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 1, DE 16 DE JULHO DE 2015

Sua Excelência, o Sr. SENADOR PAULO ROCHA, PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO criada no Senado Federal com a finalidade de investigar irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça, na forma da Lei, FAZ SABER ao Sr. DARIO MESSER que foi aprovado na CPI, no dia 16 de abril de 2015, o Requerimento nº 110/2015 e, em decorrência da sua aprovação, foi expedido o Ofício nº 105/2015-CPIHSBC, contendo os seguintes questionamentos a Sua Senhoria: "1) Vossa Senhoria confirma a informação de que possuía conta no HSBC Bank em Genebra, Suíça? 2) Em caso afirmativo, V. Sa. declarou a existência desse ativo financeiro à Secretaria da Receita Federal e, se for o caso, ao Banco Central do Brasil, em cumprimento à legislação do imposto de renda e às Circulares BCB 3.345, de 16 de março de 2007, e 3.384, de 7 de maio de 2008? 3) Se os ativos foram declarados às autoridades brasileiras, V. Sa. poderia apresentar os respectivos comprovantes a esta CPI? 4) Houve alguma espécie de aproximação ou oferecimento de serviços por parte do HSBC Bank em Genebra, Suíça, com vistas a captar V. Sa. como cliente?" Estando em termos, expede-se o presente edital a fim de intimar o Sr. DARIO MESSER para, no prazo de 10 (dez) dias, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias contatos da publicação deste, apresentar resposta aos questionamentos supracitados, acompanhada de cópias de documentos que comprovem as suas informações endereçada à CPI do HSBC, localizada no Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo II, Ala Alexandre Costa, sala 15- Subsolo, CEP 70.165-900 - Brasília/DF. Será o presente edital publicado na forma da Lei.

PAULO ROCHA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2015

O pregoeiro do STF comunica que no Pregão Eletrônico nº 67/2015 - Registro de Preços para aquisição de material de expediente - declarou vencedoras as empresas: OLIVEIRA & SANTOS COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA - ME no grupo 2; BSB SOLUÇÕES COMÉRCIO DE PAPELARIA INFORMÁTICA MOVEIS LTDA, no grupo 3; MANOEL CÁSSIO DE SOUZA GUEDES - ME, nos grupos 4, 5, 7 e item 32; MARCO AURÉLIO COLLAÇO - EPP, no grupo 6; CGF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA, ESCRITÓRIO E SERVIÇOS LTDA. - ME, no item 30; e EMPÓRIO LESTE COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E EMBALAGENS LTDA, no item 31. Não houve vencedor para o grupo 1. Brasília, 22 de junho de 2015.

MARCELLO DOS SANTOS LOPES

(SIDECE - 21/07/2015) 040001-00001-2015NE000119

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2015

O Pregoeiro do STF comunica que no Pregão Eletrônico nº 77/2015 - Registro de Preços para aquisição e instalação de capachos - sagrou-se vencedora a empresa REI DOS CAPACHOS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TAPETES LTDA - ME.

RENATO DUTRA COELHO

(SIDECE - 21/07/2015) 040001-00001-2015NE000119

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato n. 04/2015, firmado entre o CNJ e a empresa TECAR DF VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ 04.621.624/0001-87. Processo n. CNJ-ADM-2014/195.03. Objeto: alterar a redação da alínea "a" do Parágrafo Único da Cláusula Dezoito do contrato. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Data da Assinatura: 21/7/2015. Vigência: a contar de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ, Rui Moreira de Oliveira - Diretor-Geral; pela Contratada, Júlio César Araújo Lopes - Representante Legal.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2015 - UASG 040003

Processo: 2015/00793 . Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e remanejamento de aparelhos de ar condicionado nas dependências do Conselho Nacional de Justiça ? Brasília ? DF, conforme as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital. Total de Itens Licitados: 00010. Edital: 22/07/2015 de 12h00 às 17h59. Endereço: Scrn 702/703, Bl ?b? Lotes